



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

TRABALHO, DISCIPLINA E FÉ: COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO NA POLÍTICA DE DROGAS NA REGIÃO METROPOLITANA II DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TATHIANA MEYRE DA SILVA GOMES¹

ALANA PIERRE MONTEIRO²

IZABELA DOS SANTOS ABREU³

RESUMO:

O trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa de mapeamento das Comunidades Terapêuticas e seu financiamento público na Região Metropolitana II do Rio de Janeiro. Trata-se de estudo qualitativo com análise teórico-bibliográfica e documental baseada em documentos públicos. Foram identificadas até o momento 57 instituições na região, destas 2 recebem financiamento público federal.

Palavras-chaves: Comunidades Terapêuticas, Política de Drogas, Financiamento Público.

RESUMEN:

El trabajo presenta resultados parciales de una investigación de mapeo sobre Comunidades Terapêuticas y su financiamiento

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

³ Universidade Federal Fluminense

público en la Región Metropolitana II de Río de Janeiro. Se trata de un estudio cualitativo con análisis teórico-bibliográfico y documental basado en documentos públicos. A la fecha se han identificado 58 instituciones en la región, de las cuales 2 reciben financiamiento público federal.

Palabras clave: Comunidades Terapéuticas, Política de Drogas, Financiamiento Público.

INTRODUÇÃO

O texto que se segue é fruto do trabalho coletivo, interdisciplinar e interinstitucional de pesquisadores no campo da saúde mental e drogas tendo como objeto de investigação a política de drogas e a expansão e o financiamento das comunidades terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho em tela resulta de sistematização e análise parcial dos resultados da pesquisa interinstitucional “Política de Drogas e Comunidades Terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro”⁴. Esta tem como objetivo mapear e conhecer a realidade das Comunidades Terapêuticas no Estado e, para tanto, divide-se em eixos. Serão problematizados os resultados parciais referentes à Região Metropolitana II, composta pelos municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim. Adicionalmente, o presente texto traz elementos reflexivos para compreender a realidade da região em relação à Rede de Atenção Psicossocial de cada município, e as contradições na relação com o processo de expansão de Comunidades Terapêuticas. Metodologicamente a pesquisa baseia-se em levantamento de documentos e informações públicos tais como editais de financiamento e análise documental.

Para o mapeamento das CTs realizamos um levantamento de informações públicas disponibilizadas na internet, nos sites das referidas CTs, em editais públicos de habilitação e pré-credenciamento, levantamento público de denúncias realizadas ao Ministério Público do Estado às quais tenhamos acesso, informações sobre as CTs filiadas aos seus respectivos

⁴ A pesquisa é uma parceria interinstitucional entre a UFF Niterói, UFF Campos, UERJ e UFRJ. Além disso, encontra-se vinculada à linha “Uma análise das comunidades terapêuticas no contexto da Política de Drogas na Região Metropolitana II do Estado do Rio de Janeiro” do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Saúde (NUEPESS/UFF).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

órgãos de representação tais como a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) e a Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (CONFENACT), além dos Portais de Transparência, sem necessidade, portanto, de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Em municípios onde a pesquisa a estas fontes e ao portal da transparência foi insuficiente recorreu-se ferramenta de busca google combinando o nome dos municípios, o booleano AND e os termos “clínica/casa/centro de recuperação”, “clínica/casa/centro de reabilitação”. Estes termos foram utilizados por serem recorrentes em parte do material bibliográfico, notadamente aqueles com abordagem conservadora da temática. Os resultados foram analisados, aqueles que não respondiam aos objetivos do estudo foram eliminados e os demais foram categorizados em uma tabela com as colunas: Nome da instituição, Município, CNPJ, Endereço, Contato, CNAS, Vinculação religiosa, Público atendido, Financiamento, Termo de identificação, Edital de financiamento (quando o caso), Rede social, link de acesso e outras informações relevantes.

A etapa de levantamento dos dados, ainda em fase de execução, demonstrou pouca transparência por parte das instituições públicas e das próprias CTs em relação à divulgação de suas informações. Esta dificuldade associou-se à identificação de número importante de instituições de internação para pessoas em uso de álcool e drogas na região que não se autodenominam como CTs, embora possuam características institucionais e metodologia de trabalho similar. Assim, em relação ao mapeamento a pesquisa na Região Metropolitana II do Rio de Janeiro passou a considerar o conjunto de instituições de internação para pessoas em uso de álcool e drogas, incluindo as autodeclaradas como CTs. No que se refere ao financiamento a pesquisa limita-se às informações das instituições autodeclaradas como CTs.

Especificamente sobre as informações de financiamento público, utilizamos como referência o site do Portal da transparência do governo federal. Percebemos que a maior parte do montante de financiamento das CTs na região é oriundo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Até o momento de finalização deste texto não identificamos recursos municipais ou estaduais destinados às instituições.

Em relação à análise dos dados qualitativos recorreremos à técnica de análise de conteúdo. A análise dos dados coletados tem permitido a compreensão do conjunto de contradições sobre a temática, assim como dos elementos que compõe e, ao mesmo tempo, se inter-relacionam no processo de correlação de forças no campo da saúde mental e drogas, tendo as Comunidades Terapêuticas como analisador.

O levantamento de CTs e instituições de internação para pessoas em uso de álcool e drogas totalizou, até o momento, a existência de 57 instituições deste tipo na região, dentre as quais 2 CTs financiadas via edital público federal específico.

2- Entre a precarização da Raps e expansão das CTs na região Metropolitana II do Estado do Rio de Janeiro: um projeto de remanicomialização por trás da falta de transparência.

Pessoas em uso abusivo de álcool e drogas ingressam em instituições de internação ou CTs, onde permanecem isoladas de suas relações sociais, com o intuito de controlar os danos causados pelo uso prejudicial de drogas (IPEA, 2017). Em instituições deste tipo o sujeito depara-se com um projeto de renúncia ao uso de drogas como única forma de cuidado de suas questões, trata-se do projeto absenteísta que conforma a direção de atuação do projeto proibicionista.

As CTs brasileiras se sustentam na tríade trabalho, disciplina e espiritualidade, que se traduz na rotina dos internos e nas relações, remontando à metodologia historicamente empregada nos manicômios. Em relatório de fiscalização do Conselho Federal de Psicologia sobre as Comunidades Terapêuticas, uma das características comum à maior parte das CTs fiscalizadas foi o uso da laborterapia como forma de tratamento, reforçando a relação com a secularidade manicomial (CFP, 2018). Segundo a perspectiva adotada pelas CTs, a disciplina se justifica para o tratamento, pois “os sujeitos ali internados são percebidos e representados como pessoas desregradas e indisciplinadas” (IPEA 2017, p. 23). A ontologia desta abordagem é de base moral-punitivista indicando que os sujeitos devem ser disciplinados e adaptados em seus comportamentos. A disciplina no interior da CT é expressa uma abordagem com fundamento moral ela é expressa em horários regradados para realização das atividades rotineiras, além da exigência de cumprimento rigoroso das regras institucionais, apresentadas ao sujeito no ato de sua admissão. A dimensão da espiritualidade se caracteriza por meio do culto a um ser superior para o processo de “cura” e “transformação” do indivíduo de seu estado atual. Contudo, nas CTs religiosas a espiritualidade é expressa por meio de cultos ou atividades similares.

Além disso, é importante considerar o isolamento como condição *sine qua non* para o tratamento, sendo justificada como um rompimento necessário com relações e localidades que podem remeter o sujeito ao uso pregresso de drogas. Contradiz, assim, o princípio de interlocução territorial, distanciando-se das diretrizes fundamentais da perspectiva que inspirou a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Reforma Psiquiátrica brasileira e a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas, tais como o respeito aos direitos humanos, a liberdade e a autonomia.

As políticas sociais públicas têm convivido com estratégias neoliberais de privatização e na política de saúde mental e drogas a privatização não clássica (GRANEMAN, 2008) tem ocorrido pela ampliação de formas de terceirização, tais como organizações sociais e fundações estatais, além da precarização dos vínculos de trabalho.

A Região Metropolitana II do Estado do Rio de Janeiro possui extensão territorial de 2.713Km², sendo composta por 07 municípios: Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. Com 1.908.751 milhões de habitantes, aproximadamente 12% da população total do Estado do Rio de Janeiro, a região abriga o segundo município mais populoso do Estado do RJ, São Gonçalo, com densidade demográfica de 3.613,57 Hab/km²(IBGE, 2021). Ademais, esta região tem a particularidade de abranger o município de Niterói, primeiro lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do estado do Rio de Janeiro, e em sétimo no ranking nacional, possuindo IDH de 0,837, considerado muito alto (PNUD, 2010).

A escolha de pesquisa pela Região Metropolitana II fez-se devido à sua proximidade com a sede da Universidade Federal Fluminense - Niterói - e à vivência experienciada junto à Rede de Saúde Mental do município de Niterói. Ademais, o referido município possui outra particularidade: a de ter constituído sua rede em torno do Hospital Psiquiátrico da Cidade, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba em Niterói Contrastando com os dados demográficos, são poucas unidades de CAPS III na região como um todo, contrariando ainda o requisito mínimo populacional (BRASIL, 2011). A título de exemplo, São Gonçalo possui 2 CAPS III, Niterói (481.749 habitantes), Itaboraí (224.267 habitantes) e Maricá (197.277 habitantes) têm cada um uma unidade - sendo a de Niterói um CAPS do tipo AD III.

Durante a busca, identificamos as redes sociais das Comunidades Terapêuticas como uma rica fonte pública de dados, adquiridos tanto por observação e análise empírica quanto através da autodescrição dessas instituições. Dentre as informações que levantamos no preenchimento do formulário, destacamos três elementos que consideramos fundamentais para entender as instituições voltadas à internação de pessoas em uso de álcool e drogas na região metropolitana II: a vinculação religiosa, o público atendido e sua autoidentificação.

No que se refere à vinculação religiosa a maioria se autoidentifica com a doutrina cristã evangélica. Do total de 57 instituições, 4 se declaram católicas, 26 se declaram evangélicas e de 26 não foi possível acessar esta informação pelo levantamento de informações públicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Algumas destas instituições anunciam abertamente a utilização de cultos evangélicos no interior do estabelecimento como recurso para o tratamento. Outras levavam os internos aos cultos em estabelecimentos religiosos próximos, conforme disponibilizado em sites e redes sociais.

Em relação à localização geográfica a maior parte se encontra no município de Itaboraí, que conta com 22 das 57 instituições encontradas até o momento. A cidade de São Gonçalo possui 15 instituições, seguida por Maricá com 5, Tanguá com 4, Rio Bonito 3 e em Niterói e Silva Jardim foram identificadas 2 instituições em cada um destes municípios. Adverte-se para a dinamicidade inerente ao mapeamento pela particularidade com que as instituições pesquisadas investem mais ou menos na divulgação de seus trabalhos e pela facilidade inerente a criação e ou encerramento destas atividades (em especial àquelas com vínculo orgânico à instituições religiosas).

Quanto ao público-alvo, 35 instituições atendem ao público adulto masculino, 5 atendem ao público feminino e em 17 não foi possível acessar esta informação. Dentre 57 instituições mapeadas, identificamos que 2 recebem financiamento público, a saber: Associação Terapêutica Nossa Senhora da Piedade e o Instituto Assistencial Atitude, “Projeto Mais Que Vencedores”. As informações sobre financiamento foram acessadas principalmente pelo site Portal da Transparência com o CNPJ das respectivas instituições.

A Associação Terapêutica Nossa Senhora da Piedade, localizada em Tanguá, possui um contrato vigente de 28 de dezembro a 2022 a 31 de maio de 2024 com valor contratado de R\$106.220,00. Em relação aos recursos recebidos, esse foi proveniente de duas emendas. O montante é originário do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, da Unidade Orçamentária do Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas.

Ao pesquisar o Instituto Assistencial Atitude - “Projeto Mais Que Vencedores”- encontramos o financiamento ligado à matriz localizada na Barra da Tijuca (CNPJ: 24.948.707/0001-92), apesar de existir uma unidade em Itaboraí (CNPJ: 24.948.707/0002-73). A instituição possui um contrato em vigência até novembro de 2024, de valor R\$629.209,00, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas). Pelo observado no levantamento, o último recurso recebido destinado à demanda de álcool e outras drogas foi em dezembro de 2023. Proposto pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas), o valor recebido foi de R\$629.209,00. Válido destacar que a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

unidade recebeu R\$ 211.794,00 em 2024, via Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Como já indicado em outros textos (GOMES *et. al.*, 2024) na análise do Plano Plurianual 2022-2025 de Niterói não foram encontradas especificações para a RAPS da cidade. O Plano prospectava, tão somente, a meta financeira para a atenção à saúde em sua forma global, indicando para tanto o valor de R\$1.898.826.850,98 para o período de 2022-2025. A indicação específica no que tange à saúde mental referia-se à “Operacionalização e qualificação da rede de saúde mental e modernização do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba”, denotando expressões da organicidade do projeto de remanicomialização nas estruturas político-institucionais.

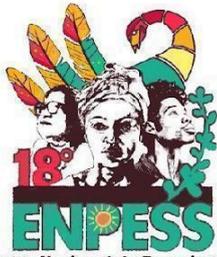
Ainda de acordo com Gomes (2015), a onda crescente da gestão privada no aparato público é, desde 2007, muito presente no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para os municípios de Niterói e a própria capital do Estado e repercutem fortemente no processo de implementação da RAPS aos moldes da Reforma Psiquiátrica radical.

Os estudos e pesquisas que se debruçam sobre a implantação desse processo na área da saúde indicam que estes modelos de gestão acarretam consequências importantes na prestação dos serviços sociais públicos, tais como: alta rotatividade de profissionais, flexibilização das relações trabalhistas, aumento da exploração da força de trabalho deste setor, favorecimentos políticos e financeiros diversos, descontinuidade das ações de cuidado em áreas específicas destinadas à população, entre outros (GOMES, 2015, p. 301).

Esse seria o caso da cidade de Niterói, onde a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que vivencia a reestruturação na gestão de alguns segmentos da saúde pública, assumidas pela Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde)⁵, inclusive parte da RAPS caracterizando uma fragmentação da Rede, que é gerenciada tanto pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói (FMS) quanto pela FeSaúde.

Portanto, é fundamental debater a permeabilidade do Estado no processo de correlação de forças que se estabelece na disputa pela direção da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas. À medida que a ofensiva neoliberal, a partir da década de 1990, passa a

⁵ A FeSaúde é uma entidade pública criada em 2019 pelo Decreto Municipal nº 13.323/2019, com o intuito de desenvolver e gerir os serviços de saúde pública de Niterói. Atualmente integra a Administração Indireta da Prefeitura de Niterói, ligada à Secretaria Municipal de Saúde.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

determinar uma postura do Estado Brasileiro de fortalecimento da iniciativa privada em detrimento das políticas públicas presencia-se o sucateamento programado dos serviços públicos de seguridade social (FARIAS; PASSOS, 2018). O movimento de contrarreforma psiquiátrica, consiste na manifestação desse processo no campo da saúde mental, com a precarização e privatização não clássica (GRANEMAN, 2008) da RAPS.

3- Considerações Finais

Os resultados parciais da pesquisa indicam dois importantes pontos sobre o objeto pesquisado: é impensável deslocar a análise das CTs de uma discussão profunda sobre o papel do Estado brasileiro na política de drogas; e que apesar da inclusão legislativa das CTs na RAPS, as informações sobre estas instituições

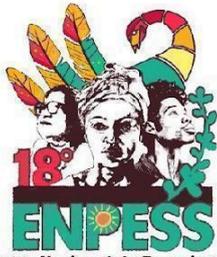
carecem de transparência na região Metropolitana II. Acredita-se que a falta de transparência seja estrategicamente parte do projeto de precarização e privatização na região.

Durante o processo de pesquisa, o acesso às informações sobre as CT's constitui-se como principal desafio, principalmente quando consideramos os municípios da Metropolitana II que não apresentam um protagonismo na região, como é o caso de Tanguá e Silva Jardim. Este ponto deve ser destacado, uma vez que foram identificadas no mapeamento diversas CTs localizadas na região em questão.

Em função da dificuldade em avançar no acesso a dados públicos que adensem as informações já encontradas, para avançarmos no mapeamento percebemos a necessidade de que a pesquisa se desdobre para um momento de contato com a rede de saúde mental, em especial os serviços que atendem álcool e drogas nas RAPS dos municípios e os egressos das CTs destas localidades.

Compreende-se que a precarização do conjunto de políticas sociais ocasiona lacunas à prestação de serviços públicos que atendam, de forma universal e gratuita, às múltiplas necessidades e demandas dos seus usuários. Mas, principalmente, é válido ressaltar como o modo de produção capitalista produz, subjetivamente e materialmente, estratégias para acessar à sociedade civil, a fim de induzir ferramentas históricas e politicamente repressoras como soluções para expressões da questão social produzidas pela sua própria forma de funcionamento (GOMES *et. al.*, 2024)

O fomento à terceirização e a crescente expansão das CTs se apresentam como fruto de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um intenso processo de precarização da política de saúde mental em curso há anos na região analisada, com destaque para o município de Niterói pela particularidade ao implementar sua reforma psiquiátrica: sem rupturas com o histórico hospital psiquiátrico da cidade.

Por fim, Identificamos a força subjetiva que as Comunidades Terapêuticas possuem, como desdobramento da ofensiva conservadora por meio do fundamentalismo religioso. Trata-se de um fenômeno de alta complexidade uma vez que sua compreensão passa pela análise de elementos estruturais da formação social brasileira e o reconhecimento de formas históricas e contemporâneas de perpetuação do *status quo* através de mecanismos opressores e reprodutores de violências, inclusive, subjetivas.

4- Referências Bibliográficas

BRASIL. Portaria nº 3.088. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 23 de Dezembro de 2011.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. IN: Revista Outubro, vol. 6, n. 6, 2002, São Paulo, p. 115 – 128.

CFESS. Serviço Social e a Inserção de Assistentes Sociais nas Comunidades Terapêuticas. Brasília, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. Disponível em:

<http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-emComunidades-Terap%C3%AAuticas.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às Drogas?. IN: Em Pauta, vol. 18, n. 45, 2020, Rio de Janeiro, p. 44 - 54;

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007.

GOMES, Tathiana. Capitalismo contemporâneo, crise e política social: impactos na política de saúde mental, crack, álcool e outras drogas. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 297-314, 2015;

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Brasília (DF), 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em 27/05/23

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi>. Acesso 27/05/23

Niterói. Conselho Municipal de Saúde de Niterói. Plano Municipal de Saúde Participativo 2022-2025. Disponível em: [http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/extras/PMSP%20\(2022-2025\)_Versao%20Preliminar.pdf](http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/extras/PMSP%20(2022-2025)_Versao%20Preliminar.pdf)

Niterói. Prefeitura de Niterói. Apresentação do Projeto de Lei do Plano Plurianual PPA 2022-2025. Disponível em: <https://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/assets/docs/ppa2225/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20PLPPA%202022-2025%20-%201%20Audi%C3%Aancia%20P%20C3%BAblica%20do%20Poder%20Legislativo.pdf>

PASSOS, R. G.; FARIAS, J. S.; GOMES, T.M.S.; ARAÚJO, G.C.L. Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. Argumentum, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 125–140, 2020.

PASSOS, R. G.; GOMES, T. M. S; ARAÚJO, G. C.L.; MOREIRA, A.L.A. Comunidades Terapêuticas, drogas e a disputa do Fundo Público. In: Revista Argumentum. Vitória, v. 15, n. 3, p. 126-140, set./dez. 2023.

PASSOS, R. G.; GOMES, T.M.S.; FARIAS, J.S.; ARAÚJO, G. A.C.L.; (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas: A volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, [S. l.], v. 13, n. 37, p. 42-64, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Tempos incertos, vidas instáveis: construir o futuro num mundo em transformação. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-05/hdr2021-22ptpdf.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2024.